

# ESTADO DE SAO PAULO

## Todos esperam desta vez o fracasso das raposas

**LUIZ CARLOS LISBOA**

"Para enganar o mundo — diz Lady Macbeth na terceira cena do primeiro ato de seu drama — é preciso ser semelhante ao mundo". Eis o dilema Shakespeariano da Assembleia Nacional Constituinte, que desde o começo foi um pedaço típico do mundo em que vive, e para enganá-lo (aprovando o que é eleitoral, não o que é de interesse público) fez-se ainda mais igual a ele próprio. Os antigos males do ecletismo disparatado, da confusão e da cacofonia política levaram até onde podiam levar, inviabilizando o futuro e imobilizando o presente. As trezentas e tantas assinaturas do grupo chamado Centro, que exigem uma revisão do regimento da Constituinte, foram a náusea e o espasmo de um organismo que já não suporta o tóxico que lhe ministram insistentemente há um tempo excessivo.

A reação salutar foi produto de muitos desesperos isolados, que se puseram juntos a caminho para interromper o fluxo vicioso. A Constituinte revelou de forma aguda o clientelismo, a demagogia e o paternalismo da política brasileira, por toda a história da República em contínuo aperfeiçoamento de métodos espertos e fisiológicos. A "patrulha" ideologizante (fantasma desaparecido, na última década, do meio político dos países em desenvolvimento, mas ainda poderoso por aqui, graças ao nosso tradicional anacronismo) fez seu trabalho de forma competente nos primeiros meses da Constituinte, intimidando, usando oratória bombástica, atuando como capitão-do-mato em plenário, de tal modo que uma minoria insignificante recebeu a incumbência de preparar um projeto de Constituição que a vasta maioria teria apenas de aprovar em plenário. Então o regimento interno da Constituinte apareceu em toda sua verdade, manipulador e inconstitucional. Um pequeno grupo havia levado vantagem (sonho político difundido pela publicidade de certa marca de cigarro) sobre um grupo maior, por sua vez minoritário numa assembleia escolhida para moldar os destinos do País. A reação salutar veio a tempo. Resta saber se ela não vai ser minada antes que se efetive, pelo raposismo esmeradíssimo da mais bem treinada fauna político-parlamentar do mundo.

O ano da elaboração da Constituição de 1987 pode ficar na história brasileira como o da revelação da grande doença política nacional. Nunca foi tão visível essa síndrome terrível quanto agora, na elaboração de nova Carta, observada de dentro pelos devastadores veículos de comunicação do nosso tempo, pela mídia eletrônica que nada perde e tudo registra. O Brasil precisa hoje, mais que nunca, de uma campanha para eleições gerais, vista pela TV e pelos jornais que têm compromisso com a verdade. Essa seria uma terapia dolorosa mas provavelmente muito eficaz — alguma coisa como a catarse de que a Nação carece há muito. De que é feita a vida pública neste país? É preciso olhar nas visceras da política, para entender e fazer na memória o personalismo

doentio que se associou a mandatos, cargos, legislaturas, campanhas, oratória e principalmente estatismo. O sonho nacional do Estado-patrão, pagador liberal de todas as contas e empregador universal dos seus filhos carentes — é necessário ver esse gigante disforme tal como ele é, não como nos fizeram acreditar que ele é. O estatismo que desconhece a aritmética e a física de todas as relações no universo, porque está inspirado no pensamento mágico, é uma enfermidade a ser curada, não uma filosofia a ser discutida. Os constituintes que elegemos no final do ano passado (eles e nós, entorpecidos pelo Plano Cruzado I) podem entrar para a História se hoje acordarem para a realidade. A maioria absoluta da Constituinte, conhecida desde há alguns dias como Centro, tornou-se um sinal da vigília de uma sociedade adormecida há muitos anos, como o Rip Van Winkle da lenda.

Parece que a maioria da população brasileira é neste instante favorável à realização de eleições gerais, livres e diretas em todos os níveis. De preferência em dois turnos, e se possível pelo voto distrital (a Comissão de Sistematização preferiu eleições apenas proporcionais, ainda uma vez num favor eleitoral a esses pobres partidos que aí estão). As decisões do Executivo são dúvidas, incertas, provincianas, e situada nelas a discussão da dívida externa e seus últimos impasses devidos à moratória argentina atingem uma carga de ridículo insuportável. A verdade é que dispensamos essa humilhação internacional, essa fama de pilantragem aos olhos de países sérios, que injustamente já não confiavam muito nos sauvages de la bas. Assim, são duas reivindicações que precisam ser levadas em conta agora: eleições imediatas (novembro de 1988) e a modificação do projeto Cabral em plenário, de modo a tornar o Brasil um país viável nos próximos anos, com uma verdadeira economia de mercado que traga a prosperidade que, afinal, merecemos. O próprio presidente Sarney devia tomar, quanto antes, a iniciativa de marcar eleições gerais (deputados e governadores que contêm seu ódio pela perda de frações de mandatos conseguidos nas costas do Plano Cruzado I) para o próximo ano.

Quanto à liberdade de comércio, esse mesmo fenômeno que fez a Itália, a Coreia do Sul, Hongcong, Formosa e outras comunidades entrarem num reino de prosperidade que nunca haviam conhecido antes, tudo o que é preciso fazer é segurar o patrão Estado, isto é, nada fazer de estúpido e contraproducente. Como dizia Lao-tsé, "o melhor governante é o que age o mínimo possível e vigia o mais que pode, criando e mantendo a harmonia". No país do personalismo incontido, isso tudo parece um pouco distante. A próxima semana vai dizer se, na Constituinte e no Palácio do Planalto, a guerra das raposas com as corujas já revela algum vencedor. Correndo o risco de parecer pessimista, é bom lembrar o tempo de janela das raposas feludas, para depois evitar decepções.